

TRADUÇÃO

A Revolução Russa e nós¹

Josep Fontana²

Até 1890 os partidos socialistas europeus, agrupados na Segunda Internacional, haviam abandonado a ilusão revolucionária e defendiam uma visão reformista que os levaria a integrar-se nos parlamentos burgueses, confiando em que um dia poderiam chegar ao poder através de eleições e que a partir dali se colocariam a transformar a sociedade.

Desta forma os partidos socialistas alemão, italiano, espanhol, francês (que mantinha ainda o nome de seção francesa da Internacional Trabalhadora - trabalhismo francês)³, ou o laborismo britânico⁴, optaram por uma política reformista, ainda que conservassem a retórica revolucionária do marxismo para não descontentar a seus seguidores trabalhadores, que deviam seguir acreditando que seus partidos lutavam por uma transformação total da sociedade.

A contradição entre retórica e práxis explodiu com a proximidade da Grande Guerra de 1914. No congresso que a Internacional socialista celebrou em Basileia em novembro de 1912 foi proclamado que *“era o dever das classes trabalhadoras e de seus representantes parlamentares (...) realizar todos os esforços possíveis para prevenir o início da guerra”* e que, se esta finalmente começasse, deveriam intervir para que terminasse rapidamente e *“utilizar a crise econômica e política causada pela guerra para sublevar o povo e acelerar a queda do governo da classe capitalista”*. O Congresso proclamava, além disso, sua satisfação diante da *“completa unanimidade dos partidos socialistas e os sindicatos de todos os países na guerra contra a guerra”* e chamava *“aos trabalhadores de todos os países a opor o poder da solidariedade internacional do proletariado ao imperialismo capitalista”*.

Mas, na tarde de 4 de agosto de 1914 tanto os socialistas alemães - que haviam organizado atos contra a guerra até uma semana antes - como os franceses, aprovaram de maneira entusiasta em seus respectivos parlamentos a declaração da guerra e

¹ Este texto é a confêrencia traduzida que Josep Fontana realizou na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) em 24 de outubro de 2016 no marco das Jornades sobre la Revolució Russa del 1917 (Jornadas sobre Revolução Russa de 1917). Nestas jornadas se também realizaram conferências Antoni Domènech, José Luis Martín Ramos y Jordi Borja, e foram organizadas pela Comissão do Centenário da Revolução Russa e pelo grupo de pesquisa GREF-CEFID de la UAB.

² Tradução do texto para a língua portuguesa: Carla Luciana Silva. Tradução realizada a partir da tradução para língua espanhola realizada por Daniel Raventós e publicada na revista *Sin Permiso*. Disponível em <http://www.sinpermiso.info/textos/la-revolucion-rusa-y-nosotros>. Agradecemos *Sin Permiso* pela autorização da tradução e publicação no Brasil.

³ Section française de l'Internationale Ouvrière.

⁴ NT: Labour Party.

votaram os créditos necessários para iniciá-la. O Partido Socialdemocrata alemão, além disso, aceitou uma política de trégua social que comportava os compromissos de não criticar ao governo e de pedir aos trabalhadores que não iniciassem greves enquanto durasse a guerra. Quanto aos trabalhistas britânicos, não apenas aprovaram a guerra, como acabaram integrando-se em um governo de coalizão.

Na Rússia as coisas ocorreram de outra maneira, já que seu partido socialdemocrata, dividido em dois ramos – bolchevique e menchevique – não somente não tinha representação no parlamento, mas era perseguido pela polícia. No começo de 1917 os bolcheviques tinham alguns de seus dirigentes desterrados na Sibéria, como Stálin e Kamenev, enquanto outros viviam no exílio, como Lenin, que havia se instalado da Suíça, na cidade de Zurique. Trotsky se encontrava então em Nova Iorque.

Quando em fevereiro de 1917 começou a revolução em Petrogrado, ela foi feita sem a presença dos chefes dos partidos revolucionários para dirigi-la. Foi um movimento impulsionado por um duplo poder, o dos conselhos ou sovietes dos trabalhadores ou dos soldados por um lado; e o do Comitê provisório do parlamento por outro, que se puseram de acordo para estabelecer um governo provisório e para retardar as mudanças políticas até a celebração, em novembro seguinte, de uma Assembleia constituinte eleita por sufrágio universal.

Quando em 3 de março o governo provisório concedeu uma anistia *“para todos os delitos políticos e religiosos, incluindo atos terroristas, revoltas militares ou crimes agrários”*, Stálin e Kamenev voltaram da Sibéria e se encarregaram de dirigir o Pravda, o periódico dos bolcheviques, onde defendiam o programa de continuar a guerra e convocar uma Assembleia constituinte, de acordo com a maioria das forças políticas russas.

Em princípios de abril, Lenin voltava da Suíça. Ele pode viajar graças ao governo alemão, que queria ver a Rússia fora da guerra, e lhe ajudou a ir de trem até a Costa do Báltico, de onde passaria na Suécia e na Finlândia para chegar, finalmente, em outro trem, a Petrogrado.

Para entender a ação dos alemães devemos recordar que nestes primeiros meses de 1917 se produziu a crise com o Estados Unidos, o que levou a que estes declarassem a guerra com a Alemanha em 6 de abril. Foram os alemães que lhe propuseram a viagem, e Lenin apresentou exigências antes de aceitar, como a de que os vagões que os levariam através da Alemanha - com a trintena de exilados russos que o acompanhavam - tivesse status de entidade extraterritorial. A Trotsky, de outro lado, os britânicos detiveram enquanto voltava e não chegou a Petrogrado antes de um mês mais tarde.

Na recepção que os bolcheviques organizaram em 3 de abril na estação Finlândia, Lenin disse, desde a plataforma do vagão: *“o povo necessita paz; o povo necessita pão; o povo necessita terra. E lhe dão guerra, fome em vez de pão, e deixam a terra aos latifundiários. Devemos lutar por uma revolução social, lutar pela revolução social, lutar até o fim, até a vitória completa do proletariado”*. A isso

acrescentou ainda: *“esta guerra entre piratas imperialistas é o começo de uma guerra civil em toda Europa. Um dia destes a totalidade do capitalismo europeu se derrubará. A revolução russa que haveis iniciado preparou o caminho e já começou uma nova época. Viva a revolução socialista mundial!”*.

Este discurso foi mal recebido pelos bolcheviques presentes na estação e foi rechaçado nas primeiras votações dos órgãos do partido. Estavam acostumados à ideia de apoiar uma revolução democrática burguesa como primeira etapa de um longo trajeto ao socialismo, da forma que propunham os partidos socialdemocratas europeus, e querer ir mais além parecia ser uma aventura fadada ao fracasso.

O que propunha Lenin não se reduzia ao lema “paz, terra e pão”, não era somente um programa para terminar a guerra de imediato e a qualquer preço, e para entregar a terra aos camponeses. Com base nesta proposta havia uma proposta muito mais radical, que o levava a sustentar que, diante dos avanços alcançados desde fevereiro e a existência dos soviets como órgãos de exercício de poder, não havia nenhum sentido optar por uma república parlamentar burguesa, mas que tinham que ir diretamente a um sistema no qual todo o poder estivesse em mãos dos soviets, que se encarregariam de ir abolindo todos os mecanismos de poder do estado – a polícia, o exército, a burocracia – iniciando assim o caminho até a sua desapareição, que viria seguida da desapareição paralela da divisão social em classes.

Lenin reproduzia a crítica da via parlamentar que Marx havia feito em 1875 na *“Crítica ao programa de Gotha”*, um texto que os socialdemocratas alemães mantiveram escondido durante muitos anos, onde rechaçava a ideia de avançar ao socialismo através do “Estado livre” como uma espécie de etapa de transição, e sustentava: *“entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista está o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição em que o Estado não pode ser outro que a ditadura revolucionária do proletariado”*.

Como deveria ser feita esta transição? É difícil definir porque nenhum partido socialista havia se colocado seriamente o que fazer uma vez chegado ao poder, porque a perspectiva de consegui-lo parecia longínqua. O único modelo existente era o da Comuna de Paris de 1871 e o mesmo havia durado demasiado pouco para ter conseguido estabelecer regras orientadoras.

O que propunha Lenin temos como saber através do que dizia em *“O Estado e a revolução”*, onde denunciava as mentiras do regime parlamentar burguês onde tudo (as regras do sufrágio, o controle da imprensa, etc) contribuía para estabelecer *“uma democracia somente para os ricos”*, e previa a extinção do Estado em duas fases. Na primeira o estado burguês seria substituído por um estado socialista baseado em uma ditadura do proletariado.

A segunda fase surgiria da extinção gradual do Estado, e conduziria à sociedade comunista. Durante esta transição os socialistas deviam manter o controle mais rigoroso possível sobre o trabalho e o consumo; um controle que somente

poderia se estabelecer com a expropriação dos capitalistas, mas que não devia conduzir à formação de um novo estado burocratizado, porque o objetivo final era justamente ir rumo a uma sociedade em que não havia “*nem divisão de classes, nem poder de estado*”.

Não se trata de explicar aqui a história, bastante conhecida, de como os bolcheviques chegaram ao poder e como começaram a organizar uma transição ao novo sistema. O que me interessa recordar é que em 7 de janeiro de 1918 Lenin confiava em que, depois de um período em que se teria que vencer a resistência burguesa, o triunfo da revolução socialista seria coisa de meses.

Para desenganá-lo veio uma chamada “guerra civil”, da qual participaram, apoiando vários inimigos da revolução, até treze países diferentes, e que teve para o novo estado dos bolcheviques um custo de oito milhões de mortes, entre vítimas de combates, de fome, e das doenças, além de levar à destruição total da economia. Uma situação que obrigava a prorrogar indefinidamente a implantação da nova sociedade.

É neste momento, superada a guerra civil, quando a história dá um giro. Lloyd George, o chefe do governo britânico, foi o primeiro a dar-se cota de que a ideia de conquistar a Rússia Soviética para liquidar a revolução era inútil, além de insuficiente. A luta contra a revolução a partir daí mudaria de caráter, passando do cenário russo e chegando a um alcance mundial. O que se necessitava era combater em escala universal a influência que as ideias que haviam inspirado a revolução soviética exerciam sobre os diversos grupos e movimentos que em todo o mundo tomavam-nas como modelo em suas lutas.

O inimigo que então se passou a combater com o nome de comunismo não era o estado soviético, nem sequer os partidos comunistas da Terceira Internacional, que até os anos trinta não passariam de pequenos grupos sectários de escassa influência. O inimigo era imenso, indefinido e universal, nascido não da observação da realidade, mas dos medos obsessivos dos políticos que faziam ver o comunismo atrás de qualquer greve ou de qualquer protesto coletivo. Como, por exemplo, em uma greve dos carregadores dos portos da costa do Pacífico dos Estados Unidos que levou o *Los Angeles Times* a assegurar que aquilo era “*uma revolta organizada pelos comunistas para derrubar o governo*” e a pedir, em consequência, a intervenção do exército para liquidá-la. Exemplos como este podem ser multiplicados nos mais diversos momentos e nos mais diversos cenários.

Desde esse momento a luta contra a revolução comunista se transformou em um combate que nos afetava e implicava a todos. A Segunda República Espanhola, por exemplo, que aparecia em 1931 no cenário internacional quando na maior parte da Europa a inquietude social ia se resolvendo com ditaduras de direita, foi recebida com hostilidade pelos governos das grandes potências. O embaixador estadunidense em Madri, por exemplo, informava ao Departamento de Estado em 16 de abril de 1931, aos dois dias da proclamação da República, nos seguintes termos: “*o povo espanhol, com sua mentalidade do século XVII, prisioneiro de falsidades comunistóides, vê de repente uma terra prometida que não existe. Quando lhes*

chegue a desilusão, se jogarão cegamente rumo ao que esteja ao seu alcance, e se a contenção desse governo for débil, a enorme influência bolchevique pode capturá-los”.

Não importava que as mensagens posteriores revelaram que o embaixador ignorava inclusive quem eram os dirigentes republicanos. De forma semelhante ao governo que enviava a Washington nestes mesmos dias diz, por exemplo, de Azaña: *“não encontro nenhuma referência de parte da Embaixada. O agregado militar se refere a ele como um associado a Alejandro Erroux. Aparentemente um ‘republicano radical’”*. Ele ignorava tudo dos republicanos, mas isso da “influência bolchevique” sim, ele tinha claro.

De novo, em 1936, ao se produzir o levantamento militar na Espanha, as potências europeias optaram por deixar indefesa a república espanhola diante da intervenção de alemães e italianos com homens, armas e aviões, por temor a um contágio comunista que em 1936 não existia em absoluto.

Enquanto isso, o Estado soviético, sob a direção de Stálin, vivia com medo de ser agredido desde fora e investia em armas para sua defesa, recursos que podiam ter servido para melhorar os níveis de vida dos seus cidadãos. Mas a pior das consequências deste grande temor foi que se degenerara em pânico obsessivo contra as conspirações interiores que acreditavam que estavam sendo preparadas para colaborar com algum ataque desde o exterior destinado a acabar com o Estado da revolução. Um medo que foi responsável por mais de setecentas mil execuções que se produziram na União Soviética de 1936 a 1939. A ordem 00447 da NKVD, de 30 de julho de 1937, *“sobre a repressão de antigos kulaks criminosos e outros elementos antissoviéticos”* afetou sobretudo a cidadãos comuns, camponeses e trabalhadores que não estavam implicados em nenhuma conspiração, nem eram uma ameaça ao estado. E ainda que os sucessores de Stalin não voltassem nunca a recorrer ao terror nesta escala, conservaram sempre um medo à dissidência que fez com que fosse muito difícil que tolerassem a democracia interna.

Conseguiram assim salvar o estado soviético, mas foi à custa de renunciar a avançar na construção de uma sociedade socialista. O programa que havia nascido para eliminar a tirania do estado terminou construindo um estado opressor.

Apesar de tudo, fora da União Soviética, no resto do mundo, a esperança gerada pelo projeto leninista seguiu animando durante muitos anos as lutas do outro “comunismo”, e abrigou os defensores da ordem estabelecida a buscar novas formas de combatê-lo.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a coalizão que era encabeçada e dirigida pelos Estados Unidos organizou uma luta sistemática contra o comunismo, tal como eles a entendiam, que abarcava tudo o que poderia representar um obstáculo ao pleno desenvolvimento da “livre empresa” capitalista, preferivelmente estadunidense.

A campanha tinha agora uma dupla vertente. Por um lado mantinha uma ficção, a da guerra fria, que se apresentava como a defesa do “mundo livre”, integrado em boa medida por ditaduras, contra uma agressão da União Soviética, que se apresentava como inevitável. Tudo era mentira, o era que os soviéticos houvessem pensado em uma guerra de conquista mundial, já que desde Lenin tinham muito claro que a revolução não podia ser feita senão do interior dos próprios países. Como também era mentira que os estadunidenses se preparavam para destruir a União Soviética preventivamente. Mas estas duas mentiras convinhavam aos estadunidenses para manter disciplinados seus aliados atemorizados, a primeira, e ocupados os soviéticos em preparar sua defesa, a segunda.

“*O pior que nos podia acontecer em uma guerra global*”, dizia Eisenhower em privado, “*seria ganhá-la. Que faríamos com a Rússia se ganhássemos?*” E Ronald Reagan se surpreendeu em 1983 quando soube que os russos temiam realmente que fossem ser atacados de surpresa e escreveu em seu diário: “*deveríamos dizê-los que aqui não há ninguém que tenha intenção de fazê-lo. Que diabos tem eles que os demais pudessem desejar?*” Se surpreendia que não houvessem descoberto o engano, como o fizeram, demasiado tarde, em 1986, quando Gorbachov decidiu abandonar a corrida armamentista porque, dizia, “*ninguém nos atacará ainda que nos desarmemos completamente*”.

A finalidade real da segunda vertente deste projeto, que se apresentava como uma cruzada global contra o comunismo, era lutar contra a extensão das ideias que pudessem se opor ao desenvolvimento do capitalismo. O objetivo não era defender a democracia, mas a livre empresa: Mossadeq não foi derrubado no Irã porque colocava em perigo a democracia, mas porque convinha às companhias petrolíferas; Lumumba não foi assassinado para proteger a liberdade dos congolenses, mas a das companhias que exploravam as minas de urânio de Katanga, de onde havia saído mineral com o que se elaborou a bomba de Hiroshima.

E quando o combate não se fazia para defender interesses pontuais e concretos, mas em termos gerais para salvar a liberdade da empresa, os resultados ainda podiam ser mais nefastos. Um dos piores crimes do século foi o que levou a matar 3,2 milhões de camponeses vietnamitas argumentando que se dispunham a iniciar a conquista da Ásia. Não se foi ao Vietnã para defender a democracia, porque o que havia no Vietnã Sul era uma ditadura militar.

A mentira fundacional daquela guerra foi denunciada cruamente por John Laurence, que foi correspondente da CBS no Vietnã entre 1965 e 1970, com estas palavras:

Temos estado matando gente durante cinco anos sem outro resultado que favorecer a um grupo de generais vietnamitas ladrões que enriqueceram com nosso dinheiro. Isso é o que temos feito realmente. A ameaça comunista? Deixe disso! (...) Estamos metidos tão a fundo que não podíamos sair, porque parecia que havíamos perdido. É uma loucura. Não ganharemos, isso todo mundo sabe. Mas não admitiremos e voltaremos para casa, seguiremos matando pessoas, milhares e milhares de pessoas, incluindo aos nossos.

Por isso resultam tão reveladoras da confusa natureza da luta anticomunista as palavras que pronunciou Obama recentemente, glorificando os homens que foram ao Vietnã. Segundo ele, “*avançando por selvas e arrozais, entre calor e as chuvas, lutando heroicamente para proteger os ideais que reverenciamos como americanos*”. Quais eram esses ideais?

Não havia tampouco nenhuma conjura comunista nos países da América Central que fossem devastados pelas guerras sujas da CIA. Isso foi reconhecido pelo Senado dos Estados Unidos em 1995 quando denunciou que os supostos subversivos que haviam sido assassinados ali eram em realidade “*organizadores sindicais, ativistas dos direitos humanos, jornalistas, advogados e professores, a maioria dos quais estavam ligados a atividades que seriam legais em qualquer país democrático*”. Uma guerra suja que continua ainda hoje, quando em Honduras os grupos organizados pelo governo e pelas empresas internacionais interessadas na exploração de seus recursos naturais seguem matando - com a tolerância e proteção dos Estados Unidos - dirigentes camponeses que defendem a propriedade privada coletiva das terras e as águas: como Berta Cáceres, assassinada em 3 de março de 2016, por instigamento da empresa holandesa que patrocina o projeto de Água Zarca; ou como José Ángel Flores, presidente do Movimento Unificado de Camponeses de Aguan, assassinado em 18 de outubro de 2016.

O silêncio ante a brutalidade de todas estas guerras foi denunciado por Harold Pinter no discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Literatura de 2005, quando sustentava que os Estados Unidos, implicados em uma campanha pelo poder mundial, haviam conseguido mascarar seus crimes, apresentando-se como “*uma força para o bem mundial*”.

Enquanto os Estados Unidos defendiam a livre empresa, e enquanto os países do “socialismo realmente existente” fracassavam nestes anos de pós-guerra no intento de construir uma sociedade melhor, foi o outro “comunismo” em seu conjunto, na difusa e vaga acepção que haviam criado os medos de seus inimigos, o que conseguiu um triunfo em escala global do que temos nos beneficiado todos.

É que o medo que gerava este comunismo global, não por sua força militar, mas pela sua capacidade de inspirar a todo mundo as lutas contra os abusos do capitalismo, combinado com a evidência de que a repressão não era suficiente para detê-lo, forçaram aos governos do ocidente a colocar em marcha projetos reformistas que prometiam alcançar os objetivos de melhoria social sem recorrer à violência revolucionária. É a este medo que devemos as três décadas felizes de depois da segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento do estado de bem-estar e tendo-se atingido níveis de igualdade na repartição dos benefícios da produção entre empresários e trabalhadores como nunca se havia alcançado antes.

O problema foi quando o “socialismo realmente existente” mostrou seus limites como projeto revolucionário, a partir de 1968, quando em Paris renunciou a

misturar-se aos combates de rua, e quando em Praga esmagou as possibilidades de desenvolver um socialismo com rosto humano, os comunistas perderam essa grande força que Karl Kraus valorizava acima de tudo quando dizia *“que Deus nos conserve para sempre o comunismo, porque essa ralé – a dos capitalistas – não volte ainda mais desavergonhada (...) e para que, ao menos, quando se deitem tenham pesadelos”*.

Desde meados dos anos setenta do século passado esta “ralé” dorme tranquila suas noites sem temer que seus privilégios estejam ameaçados pela revolução. E foi justamente isso o que lhes animou a recuperar gradualmente, não apenas as concessões que haviam feito nos anos da guerra fria, mas inclusive boa parte das que haviam sido ganhas antes, em um século e meio de lutas operárias. O resultado foi este mundo que vivemos hoje, em que a desigualdade cresce de maneira imparável, com o estancamento econômico como dano colateral.

Neste momento em que se aproxima o centenário da revolução de 1917, voltaremos a ouvir as repetidas desqualificações sobre aqueles fatos. Condenações que a alguns parecem mais necessárias que nunca em um momento em que, segundo o informe de 17 de outubro de 1916 da Fundação do Memorial das Vítimas do Comunismo⁵, não apenas resulta que os jovens estadunidenses de 16 a 20 anos, os “milenarios”⁶, ignoram tudo sobre história, mas também – isso é o mais alarmante – quase a metade pensam que *“o sistema econômicos é contrário a eles”* e uns 40% queriam uma mudança total que assegurasse que os que ganham mais pagassem de acordo com sua riqueza. Isso tudo leva a Fundação a reclamar desesperadamente que se mostre aos jovens a sinistra história “do sistema coletivista”.

Eu penso que nós necessitamos outro tipo de comemoração, que nos permita, por um lado, recuperar a história daquela grande esperança frustrada na dimensão mais global, que encerra também nossas lutas sociais. Mas que nos leve mais além, a refletir sobre algumas lições que os fatos de 1917 podem oferecer-nos em relação aos nossos problemas do presente. Porque resulta interessante comprovar que quando um estudioso do capitalismo global contemporâneo como William Robinson se refere à crise atual, chega por sua própria conta a conclusões com as quais haveria estado de acordo Lenin: que a reforma não é suficiente – que a velha via da socialdemocracia está esgotada – e que um dos obstáculos que temos que superar é justamente o poder de alguns estados que estão hoje a serviço exclusivo dos interesses empresariais. Para acabar concluindo que somente a alternativa possível ao capitalismo global de nosso tempo é um projeto popular transnacional, que venha a ser o equivalente da revolução socialista mundial que invocava Lenin em abril de 1917 quando desceu do trem na estação Finlândia.

As forças que deveriam construir o projeto popular serão seguramente muito diferentes dos partidos tradicionais do passado. Serão forças como as que hoje surgem

⁵ Victims of Communism Memorial Foundation.

⁶ Millennials.

de baixo, das experiências cotidianas dos homens e das mulheres. Do tipo das que estão constituindo a partir das lutas dos trabalhadores da África do Sul ou dos indígenas do Peru contra as grandes companhias mineradoras internacionais; da dos zapatistas que reivindicam uma rebeldia “*a partir de baixo e à esquerda*”, dos guerrilheiros curdos do Curdistão sírio que querem construir uma democracia sem estado; os professores mexicanos que se manifestam em defesa da educação pública; os camponeses de muitos países que não militam em partidos, mas em associações locais como o Movimento Unificado dos Camponeses de Aguán (MUCA), que era presidida por José Ángel Flores: associações que se integram a outras de nível estatal, como o Conselho de Organizações Populares e Indígenas de Honduras, que era dirigido por Berta Cáceres, que por sua vez participa de uma grande entidade transnacional como é a Via Campesina. Estas forças não representam, no entanto, nem sozinhas nem somadas, uma ameaça para a ordem estabelecida, mas anunciam as possibilidades futuras de um grande despertar coletivo.

O caminho que há pela frente, se queremos escapar deste futuro de desigualdade e empobrecimento que nos ameaça a todos, é bastante complicado. O fracasso da experiência de 1917 mostra que as dificuldades são muito grandes; mas penso que nos ensinou também que, apesar de tudo, havia que prova-lo e que tentá-lo de novo oxalá valha a pena.